

## A infância representada pelas classes populares: uma análise de charges publicadas na imprensa sindical após a aprovação do ECA

Rozinaldo Antônio Miani<sup>1</sup>  
Alana Nogueira Volpato<sup>2</sup>

### Resumo:

Este artigo pretende analisar como a infância é representada por meio das charges publicadas na imprensa sindical após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. A infância deve ser compreendida como uma construção social e, no Brasil, ela assume um sentido específico em decorrência das condições sociais, históricas e materiais das crianças. Entendemos que as condições de produção da charge no contexto da imprensa sindical permitem identificar uma representação da infância comprometida com a luta por direitos, na visão das classes populares. Ao analisar um conjunto de charges, por meio da metodologia de análise chárstica, constatamos que a infância representada na imprensa sindical apresenta a criança em dois paradigmas: como vítima de violências, pela ótica da proteção, ou como sujeito de direitos, pela ótica da cidadania.

**Palavras-chave:** infância; representação; charges; imprensa sindical.

### Abstract:

This paper aims to analyze how cartoons published in union press represented Brazilian childhood after the approval of the Child and Adolescent Statute, in 1990. We consider childhood as a social construction that, in Brazil, accepts a specific meaning in result of the social, historical and material conditions that children live in. We understand that the cartoon conditions of production in the union press allow us to find a representation of childhood in Brazil that is committed to the fight for rights, especially from the working class. As we analyze a group of cartoons, with cartoon analysis methodology, we realize that childhood represented in the union press shows children in two paradigms: as victims of violence, from the perspective of protection, or as individuals with rights, from the perspective of citizenship.

**Key words:** childhood; representation; charges; union press.

Artigo recebido em: 15/10/2015

Aceito em: 18/01/2016

1 Pós-doutor pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Professor associado da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UEL. E-mail: mianirozinaldo@gmail.com

2 Mestre em Comunicação pela Universidade de Londrina (UEL) e Graduada em Relações Públicas. E-mail: alanavolpato@gmail.com.

## Introdução

Infância é um tema que, de tão presente e natural em nossa vida cotidiana, parece tratar-se de uma questão óbvia. Partindo de nossas próprias experiências, costumamos entender a infância como uma fase biológica, psicológica e natural; um período da vida em que nos relacionamos com o mundo sob uma perspectiva diferente daquela que teremos por muitos anos, que é a da vida adulta. É, de fato, um grande choque descobrir que a infância nem sempre existiu. Pelo menos nos moldes em que a conhecemos atualmente.

Phillip Àries (1981), reconhecido como o primeiro autor a sistematizar um estudo sobre a infância nessa perspectiva, explica que, durante a Idade Média, as crianças eram vistas como adultos em miniatura; elas participavam das mesmas atividades que os adultos, faziam as mesmas tarefas e cumpriam os mesmos papéis sociais. Diante dessa constatação, queremos evidenciar que a infância é um artefato socialmente construído. Desde a sua invenção, o mundo todo passou por transformações que interferem na forma como vemos e nos relacionamos com as crianças.

Na sociedade midiaticizada a comunicação possui um papel importante na construção social da infância. Este artigo apresenta alguns dos resultados da pesquisa que pretendeu analisar como a infância foi representada em charges publicadas na imprensa sindical desde a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 até os dias atuais, por meio da metodologia de análise chárstica.

Ao partirmos da ideia de construção social, reconhecemos que diversos fatores sociais, políticos e históricos interferem nos sentidos criados sobre a infância. No Brasil, país marcado por profundas desigualdades, diferentes infâncias coexistem. Escolhemos o ambiente sindical para verificar como foram construídas as representações sociais para compreendermos a infância das classes populares no Brasil, não pelo olhar da criminalização, mas pela perspectiva da luta por direitos.

A imprensa sindical se apresenta como um espaço de formação política, abrangendo temas de interesse do cotidiano do trabalhador para além das questões econômicas e trabalhistas. Fazemos a opção pela charge porque nos interessa uma representação da criança que seja próxima da realidade e comprometida com os fatos históricos que ajudam a construir uma interpretação da infância no Brasil.

Entendemos que a charge é um texto jornalístico opinativo demarcado historicamente, ou seja, é uma imagem que diz respeito a fatos ou personagens públicos específicos. Carregada de referências da conjuntura de seu contexto de produção, a charge se torna uma rica fonte para pesquisa histórica, como afirma Rozinaldo Miani:

[...] a charge é uma representação humorística de caráter eminentemente político que satiriza um fato ou indivíduo específicos; ela é a revelação e defesa de uma ideia, portanto, de natureza dissertativa, traduzida a partir dos recursos e da técnica da ilustração. Outro elemento importante a destacar é a efemeridade da charge, que geralmente é esquecida quando o acontecimento a que se refere se apaga de nossa memória individual ou social (porém, ela permanece viva enquanto memória histórica) (MIANI, 2012, p.39).

## As infâncias no Brasil

Diversos autores explicam as mudanças sociais e históricas (ELIAS, 1994; POSTMAN, 2008) que criaram as condições para que o conceito moderno de infância fosse criado. O surgimento da família afetiva, as noções de público e privado, a popularização das escolas foram fundamentais para que crianças e adultos passassem a desempenhar diferentes papéis sociais e deixassem de compartilhar todo tipo de conhecimento e prática.

Desde então, os sentidos da infância vêm sendo recriados cotidianamente. Como se trata de um processo social e histórico, não se desenvolveu da mesma forma em todos os lugares e nem ao mesmo tempo. Justamente porque a infância é formada por crianças com diferentes realidades.

Pensando a realidade brasileira, onde crianças vivem todo tipo de experiência contrastante, recorremos ao conceito desenvolvido por Sarmento (2005) que define infância como uma categoria geracional estrutural, formada por grupos de idade que são construídos pelos atores que os compõem. A nosso ver, a maior contribuição do conceito de geração é permitir que se relacione a infância a outras categorias estruturais que ordenam a realidade, como classe ou gênero. A diversidade da infância se explica, portanto, pela infinidade de condições diferentes em que vivem as crianças.

Uma criança da classe média europeia, do gênero masculino, do grupo etário, por exemplo, dos 6 aos 12 anos, da etnia dominante e raça branca tem muito mais possibilidades de viver com saúde, de aceder à educação escolar, de ter tempo para brincar e de aceder a alimentos, roupas, condições de habitação, jogos e espaços de informação e lazer que uma criança do mesmo grupo etário, mas que tenha nascido em África ou na América do sul, pertencente a meios populares e que integre o gênero feminino: são muito menores, neste caso, as possibilidades de estudar, brincar e aceder a bens de consumo, e muito maiores as possibilidades de estar doente e de ter sobre os ombros as responsabilidades e os encargos domésticos (SARMENTO, 2005, p. 370).

Se tivermos como base as condições materiais de vida das crianças, os lugares em que vivem e brincam, o contexto familiar em que são criadas entre outros muitos fatores, vemos claramente como diferentes infâncias coexistem no contexto brasileiro. Ressaltamos que a diferença entre crianças pobres e crianças ricas ou da classe média foi delimitada pelo próprio Estado. A primeira legislação que regulou a intervenção estatal para crianças e adolescentes, o chamado Código de Menores,

criou uma distinção entre os menores - filhos de trabalhadores, crianças pobres ou moradoras de ruas - e as crianças. Além disso, inaugurou uma tradição de institucionalização dessas crianças.

O histórico da intervenção estatal no Brasil registrou uma mudança considerável com a aprovação do ECA em 1990, uma das legislações mais avançadas do mundo para os direitos das crianças, colocando-as como sujeitos de direitos e como prioridade absoluta. Essa conquista só foi possível pela ampla mobilização da sociedade e dos movimentos sociais que lutavam pelos direitos das crianças, frente a uma perversa situação vivenciada por essa fração da população. Infelizmente, a criminalização de crianças que são pobres continua a acontecer, alimentada pela mídia e pela própria atuação do Estado. No contexto brasileiro não se pode tratar de infância sem levar em consideração uma série de opressões e violências que fazem parte da rotina de crianças.

## **Infância representada pelas classes populares**

Frente a essas reflexões, as análises trazidas para este artigo são um recorte da pesquisa realizada na dissertação de mestrado, na qual se buscou compreender as particularidades da infância representada pelas classes populares em charges publicadas na imprensa sindical. Esse material foi coletado nos jornais da Hemeroteca do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular e Comunitária da Universidade Estadual de Londrina que reúne um amplo acervo de jornais sindicais de diferentes categorias, desde a década de 1970. Além disso, foram realizadas buscas na internet a fim de encontrar charges publicadas em um período mais recente.

A presença da criança como personagem é consistente em charges que abordam problemas de ordem social e econômica (vida nas ruas, a fome e a miséria, a falta de estrutura para educação e saúde pública); e contexto familiar (como a sobrecarga da mulher trabalhadora e apelos para que os pais se sindicalizem). Essas imagens foram excluídas do corpus de análise da pesquisa porque a crítica central não abordava temas relativos à infância.

Assim, foram analisadas, na ocasião da dissertação de mestrado, 15 charges que abordaram críticas referentes à infância das classes populares, publicadas entre os anos 1990 e 2014, respectivamente, o ano em que o ECA foi aprovado e o ano em que a pesquisa se encerrou. Selecionamos, para este artigo, cinco charges que ilustram diferentes categorias de análise, temas e períodos de publicação.

Vale ressaltar que o ano de 1990 foi escolhido por representar um momento importante na luta por direitos das crianças e adolescentes no Brasil, com a aprovação do ECA, resultado da mobilização de movimentos e organizações. Porém, esse também é um momento importante do ponto de vista da imprensa sindical. Trata-se

do fim da fase conhecida como “novo sindicalismo”, em que pautas gerais da classe trabalhadora eram abordadas com uma linguagem e estilo próprio. A partir dos anos 1990 a imprensa sindical, já bastante profissionalizada, e em um contexto de muitas conquistas com a reabertura política, passa a tratar de questões específicas a cada categoria profissional em detrimento da unificação da classe trabalhadora.

Além disso, existe uma ampliação de pautas sobre temas como família, sexo, saúde, lazer, entre outros, que configuram uma nova fase da imprensa sindical. Fato que explica a presença mais consistente de charges que fazem críticas contundentes em jornais tradicionais de sindicatos politizados e fortes, como o *Sindiquim* – Jornal do Sindicato dos Químicos do ABC Paulista, e a *Tribuna Metalúrgica* – do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Neste momento, faremos uso da metodologia da análise chárstica, que permite considerar as características da charge, bem como suas inferências visuais e as informações contidas no desenho. Buscaremos identificar a crítica apresentada, já que a charge é uma imagem opinativa, considerando ainda sua intertextualidade, para perceber como se apresenta a relação da charge com o contexto histórico imediato e com o conteúdo geral do próprio jornal.

A primeira charge a ser analisada foi publicada no jornal do Sindicato dos Químicos do ABC - *Sindiquim*, na primeira semana de agosto de 1993. A charge, produzida por Márcio Baraldi, mostra dois policiais militares comemorando o fato de terem encontrado, escondidos atrás do ECA, as crianças ou adolescentes que estavam procurando. A charge aparece no jornal com destaque, sendo publicada na metade inferior da capa.

Figura 1 - ECA



Fonte: *Sindiquim*, n. 846, agosto de 1993, capa.

O destaque se dá, além do lugar na capa, pela impressão colorida, com o ver-



melho fazendo alusão a uma poça de sangue. Ao lado da imagem, vê-se uma chamada que diz “Os filhos da miséria brasileira”. Segue o texto: “Governo e a maioria dos empresários não investem em crianças porque elas não dão lucro. O problema começa em casa e se estende à rua. Falta educação, saúde e alimentação”.

Essa charge faz referência à Chacina da Candelária, episódio em que policiais militares encapuzados assassinaram a tiros oito meninos de rua que dormiam em frente à Igreja da Candelária, no centro da cidade do Rio de Janeiro, deixando dezenas de feridos. Esse crime aconteceu em 23 de julho, uma semana antes da publicação dessa edição do jornal *Sindiquim*. Inclusive, percebemos uma presença mais recorrente e intensa do tema da infância na imprensa sindical no ano de 1993, provavelmente como consequência (e denúncia) desse episódio.

Apesar de o texto não fazer nenhuma alusão ao episódio e a charge, propriamente, ser representativa da realidade que muitas crianças e jovens enfrentam com frequência na periferia, é importante ressaltar que, como a chacina havia acabado de acontecer, houve uma repercussão (com diferentes discursos) nos meios de comunicação. Isso contribuiu para que esse fato ocupasse a memória social na época, fazendo com que a charge fosse lida e interpretada com base nesse contexto.

As inferências visuais dão destaque para um elemento que não está explícito na situação real e que aparece na charge, materializando uma discussão sobre o ECA. Miani (2012) afirma que as palavras e textos que acompanham o próprio desenho da charge ajudam a delimitar seu humor ou sua crítica.

A matéria publicada no interior do jornal segue com uma reflexão sobre meninos e meninas de rua. É com esse texto que a charge se relaciona com proximidade, configurando sua intertextualidade. O texto tem como premissa que crianças de rua são filhos do Estado que, por sua vez, não se responsabiliza, deixando uma lacuna de soluções para essa população. Em face dessa ausência, o texto indaga se “[...] ficará por conta das respectivas PMs dar motivo para a solução governamental”. A charge é representativa, justamente, para mostrar qual é a concepção de ação das forças policiais para solucionar o “problema” dos meninos e meninas de rua.

Outro aspecto que se pode presumir a partir da Figura 1 é a hostilidade e a violência das ruas para com as crianças que vivem em situação de rua. Esse é justamente o tema da charge a seguir. Produzida por Pecê, a charge trata da negação do espaço da rua e da violência policial.

Figura 2 - Estátua



Fonte: *Jornal Metalúrgicos do ABC*, 5 ago./1993, p.2

Esta charge foi publicada no *Jornal Metalúrgicos do ABC* no dia 5 de agosto de 1993. Interessante notar que se trata da mesma semana em que o *Sindicim* veiculou a imagem anteriormente analisada, tratando da vulnerabilidade do ECA, da violência policial e do extermínio de meninos e meninas de rua.

No caso desta charge, ela não está acompanhada de nenhum texto, nem mesmo o tema da infância aparece em qualquer outro espaço da referida edição do jornal, caracterizando a imagem como “charge editorial” (MIANI, 2014), que concentra em si mesma a crítica e a opinião sobre um determinado tema. Como o episódio da Chacina da Candelária ainda era recente, essa circustância justifica e determina o seu contexto, contribuindo para a compreensão da charge.

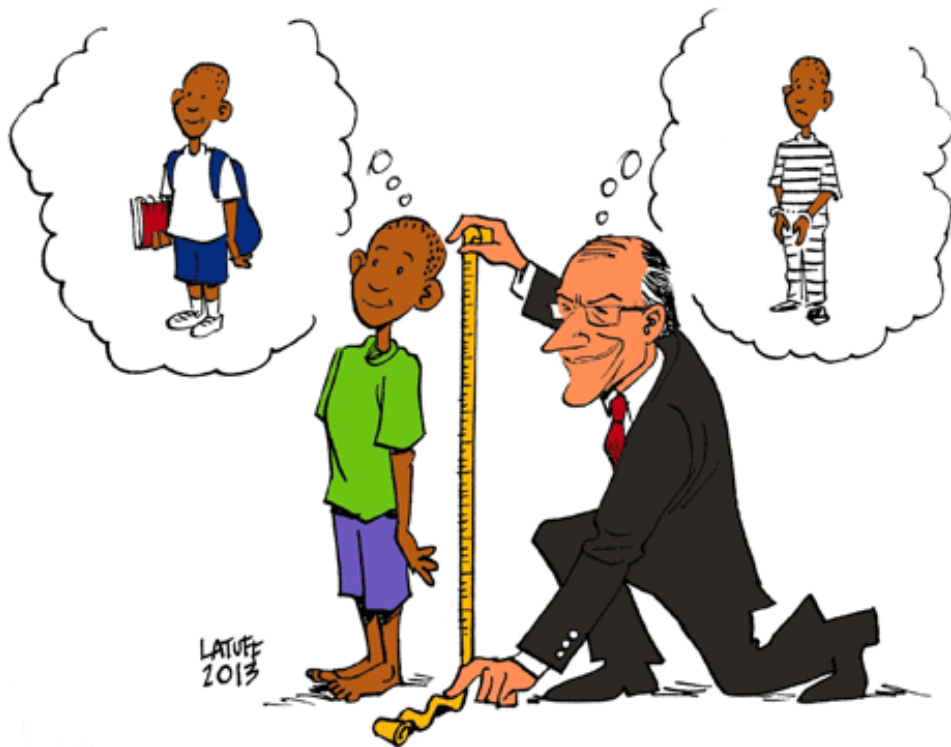
Entendemos que essa charge revela a proximidade dos meninos de rua com a violência, que é retratada como constituinte da realidade dessas crianças. Os temas da violência policial e da rua estão intimamente ligados. Todas as charges ambientadas na rua explicitam a presença da violência, configurando uma crítica ao fato desse espaço ter se tonado hostil para as crianças.

Certamente não se pode considerar a rua como um lugar adequado para o desenvolvimento pessoal das crianças e jovens, mas também as instituições violentas sustentadas pelo Estado ou um ambiente familiar que agride e violenta também não podem ser considerados adequados. Apesar disso, a rua é um espaço público que deve ser ocupado e usufruído e o que a charge mostra é que a intenção é usar a violência para livrar as ruas das crianças, e não garantir às crianças seus direitos.

Para além disso, meninos e meninas de rua são privados de direitos absolutamente inerentes à sua condição humana, como o direito fundamental de ter um lugar para “estar”. Retirar crianças das ruas foi a norma do atendimento do Estado antes do ECA, mas se tornou, também, um hábito higienista que continuou (e continua) a tirar das crianças a possibilidade do espaço público.

A charge seguinte é de autoria de Carlos Latuff e compõe a edição do mês de abril de 2013 do jornal *Contraponto*, publicação mensal do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (Sisejufe). Trata-se de um período diferente em relação às duas charges analisadas anteriormente, que são da década de 1990, logo após a aprovação do ECA.

Figura 3 - Redução da maioridade penal



Fonte: *Contraponto*, n. 57, abril de 2013, p.2.

Nessa charge, vemos a presença de um personagem político, o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, retratado numa caricatura, que é uma modalidade do humor gráfico que exagera determinadas características físicas para fazer uma sátira e permitir identificar o personagem por um aspecto marcante de sua fisionomia. Segurando uma fita métrica, o governador de São Paulo mede a altura de um menino negro imaginando (representado por meio de um balão de pensamento) que, com esse tamanho, já seria possível propor a sua prisão, como podemos ver pela roupa vestida pelo menino, típica de presidiário, na imaginação do governador. En-



quanto isso, diante da ação do governador, o menino se imagina vestido com uniforme e carregando mochila e cadernos para poder ir à escola. Evidentemente, a charge faz alusão à redução da maioria penal, tema em discussão à época.

A imagem divide a metade superior da página dois da edição do jornal com uma pequena nota sobre um evento da CUT. A charge não é acompanhada nem mesmo de uma descrição ou legenda, portanto, também se trata de uma “charge editorial”. Por sua natureza ideológica, toda charge carrega uma mensagem editorial, uma vez que afirma a posição do chargista e do jornal em relação a um determinado tema, porém, nesse momento, o termo editorial se refere a uma charge que expressa, em si mesma, toda a informação.

Como não é acompanhada de nenhuma matéria auxiliar ou legenda, essa imagem demonstra, novamente, a relação intrínseca da charge com o contexto sócio-histórico da publicação. Nesse período, o governo do estado de São Paulo e o governo federal entraram em discordância com relação à legislação que regulamenta a intervenção estatal nos casos de crianças e adolescentes em conflito com a lei. Na opinião de Geraldo Alckimin, a lei é pouco rígida e a os níveis de criminalidade mudaram, tornando o ECA inadequado para o atual momento do país.

Diante desse contexto, em abril de 2013, Geraldo Alckimin se reuniu com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para apresentar um projeto de lei para alterar as punições para os adolescentes em conflito com a lei (ALCKIMIN..., 2013). A charge foi publicada no mesmo mês, fazendo uma crítica à proposta do governador que, apesar de não ser comentada no jornal, está presente na memória social. A presença dessa charge demarcou a posição política do sindicato com relação ao tema da redução da maioria penal, ou seja, sua posição contrária.

Outro aspecto sobre a infância que merece ser comentado a partir dessa charge é o uso da representação de um menino negro para abordar a redução da maioria penal. A infância como categoria geracional é permeada por diversos outros fatores sociais que interferem nas condições concretas de vida das crianças. A cor da pele é, no Brasil, um fator determinante, tendo em vista que a democracia racial é um mito. A mudança na legislação que regulamenta os direitos da infância afeta diretamente todas as crianças, mas, sobretudo, as que são pobres e as que são negras.

Com essa charge, podemos perceber uma representação da infância diferente daquela vista nas duas charges anteriores. O que consideramos contrastante nesta charge é a presença da visão da criança. Por mais que um representante do Estado esteja em uma investida contra os direitos das crianças, orientada pela lógica da punição, existe a resistência na imaginação da própria criança.

Consideramos esse aspecto significativo já que, para Sarmiento (2005), é preciso olhar para a criança como protagonista da infância e da cultura infantil. Quando olhamos a posição da criança contrária a do governador, existe uma crítica contun-

dente à alienação das crianças dos processos de decisão que envolvem as suas próprias vidas, o que também caracteriza uma violência. Nesse caso, se destaca o papel do menino como sujeito, pensante, idealizador da sua vida e do seu papel social. Entendemos, portanto, que nessa charge existe uma retratação da criança como sujeito de direitos.

A charge seguinte, também produzida por Carlos Latuff, aborda um tema que, de certa forma, foi explorado em todas as charges até então: a criminalização da infância pobre. A imagem reforça essa crítica retratando um dos elementos constitutivos do sentido moderno de infância que é a educação escolar, principalmente, o contexto em que essa educação acontece no cotidiano de crianças pobres que vivem em periferias. Foi publicada no jornal do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe).

A charge é composta por dois quadros que ilustram momentos diferentes e destacam um potencial narrativo da situação retratada na imagem. No primeiro quadro, vemos uma mãe colocando o material do filho na mochila para que esta vá à escola. O uniforme é característico do ensino municipal do Rio de Janeiro. O desenho das pequenas casas aglomeradas que se revela através da janela aberta indica o cenário de uma favela, que é confirmado por informações contidas no site do chargista, e que se trata da favela da Maré, uma das maiores da capital carioca.

Figura 4 - Educação



Fonte: <http://latuffcartoons.wordpress.com>, 2013.

No segundo quadro, já em frente à escola, um policial do Batalhão de Operações Especiais (Bope), identificado pela caveira na manga do uniforme e portando uma

arma própria dessa corporação policial, vasculha a mochila do menino que espera, em posição de revista, enquanto seu material é jogado no chão. Essa charge aborda o tema da violência policial nas favelas, a criminalização das crianças pobres e o contexto que permeia a realidade da escola pública nas favelas e bairros pobres.

A charge revela o contexto conjuntural da época e também está associada a uma ação desenvolvida pelo Sepe. A favela da Maré enfrentou investidas da polícia, a mando do Estado, entre os meses de abril e maio de 2013. Foram ações policiais violentas, com invasões de casas e de escolas, inclusive, em horário de aula. Diante dos fatos, o sindicato elaborou um dossiê sobre a violação do direito à educação, enviado à Organização dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro, para denunciar os episódios assustadores que se tornaram rotina e passaram a afetar a vida das crianças da Maré em todos os sentidos. Arthur Voltolini (2013) afirma que

Um dos casos relata policiais armados pulando o muro do CIEP (Centro Integrado de Educação Pública) Operário Vicente Mariano no meio do horário de aulas para revistar as dependências da escola, amedrontando alunos e funcionários, sem apresentar qualquer autorização e sem informar a qual batalhão pertenciam, sob a justificativa de que basta uma denúncia para entrar na escola sem autorização e que as crianças daquela região estão acostumadas a conviver com armas.

A violência que marcou as invasões demonstra uma posição contraditória do Estado, que deveria garantir o direito à educação, mas que acaba agindo contra professores e alunos. Não bastasse a escola já apresentar tensões referentes à liberdade da criança, ainda se constata a gravidade da violência policial nesse ambiente, tornando-o ainda mais repressivo.

A charge também faz uma crítica à frustração das vontades da mãe e do menino, cidadãos, em detrimento da ação violenta do Estado que age culpando as crianças, simplesmente, por viverem em uma favela. A associação feita entre pobreza e criminalidade, comentada anteriormente, fica bem ilustrada. A infância pobre, do bairro periférico, do menino negro, enfrenta o preconceito, sendo que essa criança é considerada como possível infratora só por essas características. O Sepe se posicionou, com a publicação da charge, contra a ação repressiva da polícia e a favor das famílias da Maré.

A última charge a ser analisada aborda a diferença entre infâncias no Brasil. Foi publicada no dia 11 de outubro de 1994, semana do dia das crianças, na página quatro do jornal *Tribuna Metalúrgica*, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. Apesar de não aparecer a assinatura do charginista ela foi produzida por Pecê.

A sequência de quadros, com aspecto narrativo e dissertativo, configura essa produção como uma tira. Vemos nos três primeiros quadros uma televisão ligada através de uma vitrine. No segundo quadro, há um apelo dirigido aos pais: “faça sua criança feliz. Não deixe seu presente para a última hora”. No quadro seguinte, a

propaganda é voltada diretamente para a criança: “você já ganhou o presente baixinho? Não?! Então é hora de pedir pro papai”. No último quadro há uma mudança de perspectiva que dá acesso ao contexto ao redor da televisão, mostrando um menino deitado na calçada, enquanto assiste aos comerciais do dia das crianças.

Figura 5 - Dia das Crianças



Fonte: *Tribuna Metalúrgica*, 11 outubro de 1994, p.4.

A tira trata da diferença da realidade concreta entre crianças com vivências distintas. Mostra o choque entre o dia das crianças - data estabelecida pela indústria e comércio como uma data para alavancar as vendas - para as crianças de classe média e para os meninos de rua. A programação da televisão trazida na charge serve, ainda, como uma crítica a essa presença da propaganda.

É muito interessante notar que o segundo e terceiro quadros trazem propagandas voltadas para espectadores diferentes, mas com o mesmo foco de venda. A propaganda direcionada para a criança, além de ser abusiva, já que estão em desenvolvimento e não podem saber com total discernimento o que é fantasia e o que é realidade, convida crianças a serem consumidoras precoces.

Queremos enfatizar com esses comentários que o consumo, assim como a violência, interfere na vida das crianças e na construção social da infância. A investida do consumo junto ao público infantil, apesar de não ser física, é uma forma de violência. Tomar o dia das crianças como uma data comercial, e não como um dia para lutar pelos direitos das crianças, também.

## Considerações finais

Percebemos que a infância representada nas charges da imprensa sindical tem o recorte das classes populares e suas demandas. Em um primeiro momento, vale pontuar que essa representação guarda suas especificidades e contrasta com a que vemos na mídia burguesa. Por um lado, porque as crianças têm cada vez menos espaço na mídia. Por outro, porque o espaço que ocupam na grande mídia costuma ser ou o do consumo - nas propagandas voltadas ao público infantil - ou o da criminali-

zação/ vitimização - que coloca crianças e adolescentes das classes populares como possíveis infratores. Pouco espaço é destinado para a discussão de questões sociais da infância e quase nenhum para que as próprias crianças e adolescentes expressem o que pensam.

Acreditamos que a relação entre a realidade da infância das classes populares e a sua representação fica evidente na produção de charges que se referem a fatos específicos, como a proposta do governador Geraldo Alckimin pela redução da maioria penal; ou o dossiê elaborado pelo Sepe, sobre a violência policial nas escolas da Maré; ou, ainda, sobretudo, no caso da Chacina da Candelária, que mobilizou as pautas dos jornais sindicais e a publicação de charges referentes ao episódio.

As principais pautas abordadas pelas charges que representam a infância foram a violência policial e do Estado, a intolerância com relação à presença de meninos e meninas de rua e a criminalização de crianças pobres. Embora consideremos fundamental que esses temas sejam debatidos, percebemos que, muitas vezes, para fazer essas denúncias, existe a dificuldade de fugir de uma representação recorrente de crianças como “abandonadas” e como vítimas. Consideramos que as verdadeiras transgressões estão nas charges que colocam as crianças como personagens ativos.

Por isso, concluímos que a infância tem sido representada na imprensa sindical a partir de duas perspectivas. Uma delas é a da vitimização, voltada à sensibilização dos leitores e à denúncia de violências e opressões enfrentadas por crianças, retratadas em situações como a violência policial, a vida nas ruas ou o trabalho infantil. A outra é a perspectiva dos direitos da criança, que vão desde a denúncia explícita das afrontas aos direitos da criança até sua representação como sujeitos de direitos, no sentido mais amplo, como nas charges em que são retratadas de forma ativa.

## Referências

ALCKIMIN entrega projeto de lei sobre a maioria penal. Disponível em: <[http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/04/17/interna\\_politica,372440/alckmin-entrega-projeto-de-lei-sobre-a-maioridade-penal.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/04/17/interna_politica,372440/alckmin-entrega-projeto-de-lei-sobre-a-maioridade-penal.shtml)>. Acesso em: 01 dez. 2014.

ARIÈS, Phillipe. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: LCT, 2.ed.,1981.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma História dos Costumes**. Volume I. Trad: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds., 1994a.

LOPES, R.E.; SILVA, C.R.; MALFITANO, A.P. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n.23, p. 114–130, set. 2006.

MIANI, Rozinaldo A. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **9ª arte**, v.1, n.1,



37-48, set/2012.

\_\_\_\_\_. Charge editorial: iconografia e pesquisa em História. **Domínios da Imagem**, Londrina, v. 8, n. 16, p. 133-145, jun./dez. 2014.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 2008.

SARMENTO, Manuel J.. Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005.

VOLTOLINI, Arthur. **Direito à educação nas favelas**, 2013. Disponível em: <<http://observatoriodefavelas.org.br/noticias-analises/direito-a-educacao-nas-favelas/>>. Acesso em: 15 jan./ 2015.